



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and a smaller one below it.

ATA Nº 1

Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por Tempo Indeterminado, para preenchimento de 1 posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico "Turismo/Cultura - Hippos".

- Turismo/Cultura - Hippos-

Ata da Definição dos Parâmetros de Avaliação e Ponderação

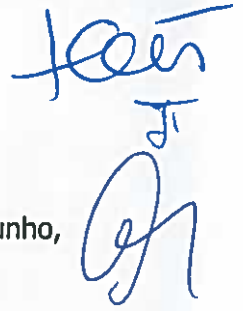
Ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto de dois mil e dezanove, pelas 10:00 horas, reuniu na sala de reuniões D. Margarida Relvas, sito no Largo D. Manuel I, na Golegã, o Júri do procedimento concursal comum supra identificado, nomeado por Despacho n.º 1842/2019, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Golegã – CMG, datado de 20 de agosto de 2019, cuja composição e identificação seguidamente se enumera:

Presidente: Elsa Catarina Petinga Lourenço – Chefe de Divisão Municipal de Intervenção Social da Câmara Municipal da Golegã;

Vogais Efetivos: Acácio Galrinho Nunes, Chefe da Divisão Municipal de Obras, Urbanismo e Ambiente, e Maria Isabel Teodósio Guia, Técnica Superior, ambos da Câmara Municipal da Golegã;

Vogais Suplentes: António Manuel Alves de Sousa Riachos e Maria Eugénia Condeço Gregório da Silva Sampaio, ambos Coordenadores Técnicos da Câmara Municipal da Golegã.

Estando presentes a Presidente e os Vogais Efetivos do Júri, e cumprindo-se assim o estabelecido no n.º 1 do artigo 15º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, deu-se início à reunião, que tem por finalidade proceder à definição dos critérios de apreciação dos métodos de seleção, designadamente, a fixação dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção, conforme disposições combinadas nos artigos 5º, 6º e 14º da supra



referida Portaria e artigo 36º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada.

Assim, e tendo em conta todas as regras e tramitações legais a que está sujeito o procedimento concursal comum para a administração pública, o Júri deliberou aplicar:

A- Para os candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, **que não se encontrem** no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho descrita no aviso de abertura, ou candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, como métodos de seleção obrigatórios:

- 1 - Prova de Conhecimentos (PC)
- 2 - Avaliação Psicológica (AP)

E como método de seleção facultativo:

- 3 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

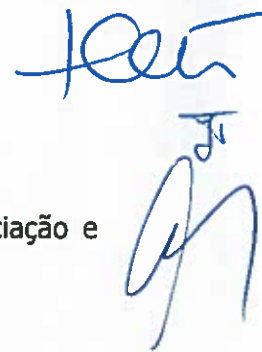
B- Para os candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, **e que se encontrem** no cumprimento e execução de atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho descrita no aviso de abertura, bem como para os candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, como métodos de seleção obrigatórios:

- 4 - Avaliação Curricular (AC)
5. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

E como método de seleção facultativo:

6. Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

Os candidatos referidos no ponto B, poderão, em substituição dos métodos 4 e 5, optar pela realização dos métodos 1 e 2, caso declarem, por escrito, a opção por esses métodos, conforme n.º 3 do artigo 36º da LTFP.



Por cada método de seleção serão utilizados os seguintes critérios de apreciação e ponderação dos fatores de avaliação:

➤ **Para os candidatos referidos no ponto A:**

1. Prova de Conhecimentos (PC)

A prova de conhecimentos está prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 36º da LTFP, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho e alínea a) do n.º 1 do artigo 5º da referida Portaria, e visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa.

A prova de conhecimentos é de realização individual e assumirá a forma escrita e de natureza teórica, com duração máxima de 90 minutos. Será constituída por 2 grupos, sendo o primeiro grupo constituído por 15 questões de escolha múltipla, cada uma com a valoração de 0,8 valores, e o segundo grupo, constituído por 5 questões de desenvolvimento, cada uma com a valoração de 1,6 valores.

É valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, versando sobre a seguinte legislação e/ou temas:

- Constituição da República Portuguesa;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- Código do Trabalho - Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;
- Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro e Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro;
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- Reclamações nas Autarquias Locais – Portaria n.º 659/2006, de 3 de julho;
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Golegã – Despacho n.º 7089/2016, de 30 de maio;
- Regulamento Municipal dos Circuitos Turísticos em Carro de Cavalos do Município da Golegã - Regulamento n.º 522/2016, de 25 de maio;



- Normas de Utilização do Parque de Campismo da Golegã – www.cm-golega.pt
- Animação Turística;
- Património;
- Património Cultural;
- Promoção e Marketing Turístico;
- Regime Jurídico das Áreas Regionais de Turismo em Portugal Continental;
- Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local;
- Regime jurídico da Instalação, Exploração e funcionamento dos Empreendimentos Turísticos;
- Regulamentos das Disciplinas Equestres - Federação Equestre Portuguesa – www.fep.pt;
- Interpretação e/ou tradução de texto em Inglês e Francês ou Espanhol.

É permitido aos candidatos a consulta de legislação (em papel), desde que desprovida de anotações/comentários.

2. Avaliação Psicológica (AP):

A Avaliação Psicológica, está prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 36º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e alínea b), n.º 1 do artigo 5º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. A valoração deste método de seleção é a que consta no n.º 3 do artigo 9º da Portaria supra referida, ou seja, em cada fase intermédia do método, é valorada através das menções classificativas de Apto e Não Apto. Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado, ou quando o método seja realizado numa única fase, através dos níveis classificativos: Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo causas de exclusão a obtenção pelo candidato das menções de “Reduzido” ou “Insuficiente”.

Jan
M

3. Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

A entrevista profissional de seleção terá a duração de 20 minutos.



A EPS é avaliada nos termos do n.º 5 do artigo 9º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo o resultado final obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar. Serão apreciados e avaliados os seguintes fatores ou aspetos que serão valorizados de acordo com a grelha constante do anexo 1 da presente ata:

- C1 - Interesse e Motivações Profissionais;
- C2 - Capacidade de Expressão e Comunicação;
- C3 - Análise da Informação e Sentido Crítico;
- C4 - Capacidade de Organização e Orientação para Resultados;

Por cada entrevista profissional de seleção é elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles.

O resultado final da entrevista profissional de seleção é determinado pela classificação a atribuir a cada parâmetro de avaliação, resultado de votação nominal e por maioria do júri, sendo o resultado final obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPS=(C1+C2+C3+C4)/4$$

➤ **Para os candidatos referidos no ponto B:**

4. Avaliação Curricular (AC)

A avaliação curricular está prevista na alínea a), n.º 2 do art.º 36º da LTFP, e n.º 4 do art.º 9º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os seguintes elementos:

- Habilitação Académica – HA;
- Formação profissional – FP;
- Experiência Profissional – EP;
- Avaliação de desempenho – AD;

A avaliação curricular é de carácter eliminatório e é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (HA+FP+2EP+AD)/5$$

Para a valoração dos diversos subfactores serão usados os seguintes critérios:

HA = Habilitação Académica ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes, a qual será classificada nos seguintes termos:

Crítérios de Valorização	Pontuação
12º ano de escolaridade	16 valores
Licenciatura	18 valores
Mestrado ou Superior	20 valores

FP = Formação Profissional: considerar-se-ão as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função a concurso, nos últimos 6 anos, que se encontrem devidamente comprovadas, de acordo com as seguintes ponderações e com o limite de 20 valores:

Jean
J
M

Cr�terios de Valoriza�o	Pontua�o
Sem a�o�es de forma�o	0 valores
Com a�o�es de forma�o at� 25 horas	8 valores
Com a�o�es de forma�o > 25 horas e at� 35 horas	12 valores
Com a�o�es de forma�o > 35 horas e at� 50 horas	16 valores
Com a�o�es de forma�o > a 50 horas	20 valores

Quando o certificado de forma o n o referir o n mero de horas de forma o, considerar-se- o 7 horas por dia.

EP = Experi ncia Profissional: ser  considerada a experi ncia profissional, devidamente comprovada, que incida sobre o desempenho efetivo de fun o es na  rea funcional do posto de trabalho a concurso e grau de complexidade da mesma.

Este fator ser  avaliado mediante a aprecia o dos subfactores "natureza" (NEP) e "dura o" (DEP) de acordo com a seguinte f rmula:

$$EP = (NEP+DEP)/2$$

Em que: EP = Experi ncia profissional; NEP = Natureza da Experi ncia Profissional em fun o es desempenhadas para a  rea que o procedimento foi aberto; DEP = Dura o do exerc cio de fun o es desempenhadas na  rea para que o procedimento foi aberto.

Para efeitos da classifica o do subfactor "natureza" (NEP), foi deliberado valor -lo nos seguintes termos, desde que as situa o es sejam devidamente comprovadas:

Experi�ncia profissional em Turismo/Cultura/Atividades Equestres	20 valores
Experi�ncia profissional em fun�o�es similares	16 valores
Sem experi�ncia na �rea de recrutamento	0 valores

Para efeitos da classifica o do subfactor "dura o" (DEP), foi deliberado valor -lo em fun o  do n mero de anos completos de exerc cio das referidas atividades/compet ncias/atribui o es, que se encontrem devidamente comprovadas, nos seguintes termos:

Handwritten signature and initials

Superior a 10 anos	20 valores
De 5 a 10 anos	18 valores
De 3 a 5 anos	16 valores
Até 3 anos	14 valores

AD = Avaliação Desempenho: será ponderada a avaliação de desempenho quantitativa dos últimos 2 ciclos avaliativos, correspondente aos períodos em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, sendo a avaliação final deste fator, a média aritmética das classificações quantitativas obtidas.

A avaliação de desempenho de acordo com as escalas previstas no Decreto-Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de maio, aplicado à Administração Local pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de junho e pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, será transformada numa escala de 0 a 20 valores, através da aplicação da seguinte proporcionalidade:

$$\text{Nota de cada ano} = (\text{classificação do ano} \times 20) / 5$$

Em obediência ao disposto na al. c), n.º 2 do art.º 8º da citada Portaria, o Júri deliberou atribuir a pontuação de 3 valores aos candidatos que, por razões que não lhes sejam imputáveis, não possuam avaliação de desempenho que possa ser considerada nos termos supra referidos.

5. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) está prevista na al. b), n.º 2 do art.º 36º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e al. d), n.º 1 do art.º 5º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, e é avaliada nos termos do n.º 5 do art.º 9º da Portaria, segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de



20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo causas de exclusão a obtenção pelo candidato das menções de "reduzido" ou "Insuficiente".

O método permitirá uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato.

A preparação e aplicação do método serão realizadas por técnicos credenciados, de gestão de recursos humanos ou com formação adequada para o efeito.

Cada um dos métodos de seleção é eliminatório sendo excluídos do procedimento concursal comum os candidatos que obtiverem uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhes sendo aplicado o método ou fases seguintes, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do art.º 9º da Portaria.

➤ **Ordenação Final**

A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com as seguintes fórmulas:

Para os candidatos referidos em A $OF = (PC*45\%)+(AP*25\%)+(EPS*30\%)$	Para os candidatos referidos em B $OF = (AC*45\%)+(EAC*25\%)+(EPS*30\%)$
----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

Em que: OF= Ordenação Final; PC= Prova de Conhecimentos; AP= Avaliação Psicológica; EPS= Entrevista Profissional de Seleção; AC= Avaliação Curricular; EAC= Entrevista de Avaliação de Competências.

A lista de ordenação final dos candidatos é unitária, ainda que lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção e expressa numa escala de 0 a 20 valores, respeitando-se a seguinte ordem:


- 1º - Candidatos aprovados que se encontrem na situação prevista na al. d), n.º 1, do art.º 37º da LTFP ou com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;
- 2º - Candidatos aprovados com ou sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 4 do art.º 30º da LTFP, na sua versão atualizada.

Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 27º da Portaria, bem como noutras disposições legais aplicáveis.

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do art.º 11º da Portaria, a presente ata deverá ser publicitada no *sítio* da Internet do Município da Golegã.


As presentes deliberações foram tomadas por unanimidade, e nada mais havendo a tratar, deu o Júri por encerrada a reunião, do que para se constar se lavrou a presente Ata que vai ser lida e assinada por todos os membros do Júri presentes.

A Presidente do Júri



Elsa Catarina Petinga Lourenço

Os Vogais Efetivos,



Acácio Galrinho Nunes



Maria Isabel Teodósio Guia

[Handwritten signature]

Anexo I

	Fatores	Elevado 20	Bom 16	Suficiente 12	Reduzido 8	Insuficiente 4	Obs.
C1	Interesse e Motivações Profissionais – Capacidade de reflexão sobre a atividade profissional passada e motivação para o desenvolvimento da atividade profissional no futuro, num contexto de estratégia profissional, incluindo o conhecimento efetivo da instituição e das atividades por esta desenvolvidas.						
C2	Capacidade de Expressão e Comunicação – Capacidade de comunicação manifestada através da interpretação do discurso, capacidade de argumentação, empatia, resposta às questões colocadas e qualidade de expressão verbal.						
C3	Análise da Informação e Sentido Crítico – Capacidade de interpretação do discurso, de questões, problemas e/ou situações, capacidade em ter opiniões próprias e defendê-las de forma coerente, capacidade em se autoavaliar e em colocar questões sobre os problemas e as situações.						

[Handwritten signature]

C4	<p>Capacidade de Organização e Orientação para Resultados -- Capacidade de organizar e controlar a atividade exercida, definindo objetivos/metast, estabelecendo prazos e determinando prioridades, bem como a capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos e as tarefas que lhe são propostas e/ou atribuídas.</p>						
Total							
/4=							